

História da Roma Antiga

Grande parte dos estudiosos adota uma periodização da história antiga de Roma que tem como base o regime político adotado em cada momento.

- **Monarquia:** começa com a fundação de Roma, em 753 a.C., e termina em 509 a.C., quando o último rei de Roma foi tirado do poder.
- **República:** inicia-se em 509 a.C. e termina em 27 a.C., quando Otávio Augusto recebeu do Senado o título de imperador de Roma.
- **Império:** estende-se de 27 a.C. a 476 d.C., quando Roma foi tomada por guerreiros germânicos e o imperador romano do Ocidente foi deposto.

Ao longo de sua história, Roma passou por transformações bastante profundas. De um pequeno povoado à capital de um vasto império; de principal centro de perseguição aos cristãos à sede da primeira igreja cristã criada no mundo; de uma cidade-Estado à capital do Estado italiano moderno.

Roma teria sido fundada em meados do século VIII a.C., no centro da península Itálica, às margens do rio Tibre. Vestígios encontrados no monte Palatino indicam que, àquela época, ali se formou uma comunidade composta de várias aldeias de latinos – um dos povos que começaram a entrar na península Itálica por volta de 2200 a.C. (assim como os samnitas, os etruscos, os gregos e os cartagineses). Essa comunidade se beneficiava do acesso rápido às águas do Tibre e do mar Tirreno, além da proximidade das cordilheiras dos Alpes, que formavam uma barreira natural contra a entrada de invasores.

Ao longo da história da Roma Antiga, o monte Palatino foi ocupado de diversas formas. Na fotografia (2017), palácios construídos no século I.

MANNIEL COHENWAF



A MONARQUIA (753-509 a.C.)

No século VII a.C. os etruscos se espalharam pela Planície do Lácio e incorporaram Roma a seus domínios, tornando-a, então, um importante centro comercial e a cidade-Estado mais importante da região.

Nesse período, Roma foi governada por reis, que eram escolhidos pelo Senado, um conselho formado pelos chefes das famílias aristocráticas. Os reis deviam ouvir a opinião do Senado em todas as questões relativas à cidade-Estado e dependiam das assembleias para garantir seu poder.

As famílias aristocráticas, que se consideravam descendentes dos fundadores de Roma, compunham a camada social dos **patrícios**, que eram muito ricos e possuíam gado e terras. Algumas famílias que tinham origem em Roma, mas não possuíam terras ou meios de subsistência, ligavam-se aos patrícios e estabeleciam com eles uma relação de dependência. Prestavam-lhes diversos serviços em troca de sua proteção e ajuda. Eram os **clientes**. Sua condição era hereditária, ou seja, os filhos dos clientes permaneciam obrigatoriamente ligados à família de quem seus pais eram clientes.

Além desses dois grupos, faziam parte da sociedade romana os **plebeus** e os **escravos**. Acredita-se que os plebeus tiveram origem em povos estrangeiros ou que foram subjugados pelos romanos. Trabalhavam no comércio, no artesanato, na agricultura e na criação de rebanhos. Tinham poucos direitos políticos, mas eram obrigados a servir no exército. Os escravos, pouco numerosos no período monárquico, eram, em geral, prisioneiros de guerra ou pessoas que não conseguiam pagar suas dívidas. Eram considerados propriedade do seu senhor e faziam trabalhos braçais.



ERICH LESSING/ALBUMFOTOREMA - MUSEUS CAPITOLINOS, ROMA

Patrício vestido de toga. Século I d.C. Escultura em mármore, altura 1,65 m. Na mão direita, o patrício segura o busto do avô; na esquerda, o busto do pai. Museus Capitolinos, Roma, Itália.



DE AGOSTINI PICTURE LIBRARY/ALBUMFOTOREMA - MUSEU DA CIVILIZAÇÃO ROMANA, ROMA

Pastor romano ordenhando uma cabra. Séculos II-I a.C. Relevo, 90 cm x 90 cm x 10 cm. Museu da Civilização Romana, Roma, Itália. Muitos plebeus trabalhavam na criação de rebanhos.

A REPÚBLICA (509-27 a.C.)

No final do século VI a.C., o domínio etrusco chegou ao fim. O mais provável é que os reis etruscos tenham perdido o apoio da aristocracia romana e se enfraquecido com a oposição dos plebeus. Com o fim da monarquia, em 509 a.C., o governo de Roma passou a ser uma *res publica*, que em latim significa “coisa pública”. Porém, essa “coisa pública” tinha um sentido diferente daquele que usamos mais comumente.

Na nossa sociedade, um bem público é aquele que pertence a uma coletividade. Um parque público, por exemplo, pode ser utilizado por todas as pessoas, enquanto um bem privado, ao contrário, pertence a um indivíduo (ou mais). Na república romana, por sua vez, “coisa pública” significava que o Estado deixava de pertencer ao rei para ser administrado pelos cidadãos, que no início eram apenas os patrícios.

Nova ordem política

No período republicano, os antigos reis foram substituídos por dois cônsules. Eles eram escolhidos pelos patrícios no Senado e auxiliados por magistrados, que tinham diversas funções, e pelas assembleias, que estavam divididas em:

- ▲ Assembleia por cúrias: os cidadãos eram divididos pelo local de origem ou de residência. Dela só participavam os patrícios.
- ▲ Assembleia por centúrias: participavam os moradores de Roma, de acordo com a riqueza e a participação no exército. Era composta de patrícios e plebeus, mas estes últimos tinham menor poder de decisão.
- ▲ Assembleia da plebe: formada apenas por plebeus. Podiam eleger os magistrados, mas não podiam exercer cargos políticos, direito que era exclusivo dos patrícios.

PRINCIPAIS MAGISTRADOS (PRINCIPAIS CARGOS)

Edis: tomavam conta dos serviços públicos (abastecimento da cidade, segurança, pavimentação das ruas e organização de jogos públicos).

Questores: cuidavam principalmente do tesouro público.

Pretores: eram responsáveis pela justiça.

Cônsules: eram responsáveis pelo comando dos exércitos em tempos de guerra, além de presidir o Senado e os comícios.

Censores: faziam a contagem da população, controlavam a conduta dos cidadãos e supervisionavam as despesas públicas.

ILUSTRAÇÕES: FRODO